



Castelo Velho de Freixo de Numão: da interpretação.

Susana Soares Lopes | Professora catedrática aposentada da
FLUP | CEAACP/FCT/UCoimbra



Em finais de 1988 o Serviço Regional de Arqueologia da zona centro do então IPPC solicitou a minha intervenção de emergência na estação arqueológica de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Em Setembro de 1989 realizei, neste âmbito, uma primeira campanha de escavações. A partir de 1990 até 2007, a pesquisa global do sítio passou a estar submetida a um projecto de investigação de minha autoria, financiado ao longo do tempo por diversos programas. Em 2001, o então presidente do IPPAR, Luís Calado, desafiou-me a executar trabalhos conducentes ao estudo, musealização e fruição pública do sítio. Graças aos meios fornecidos pelo Estado para a concretização desses objectivos, o lugar musealizado de Castelo Velho foi aberto formalmente ao público em 2007. Numa área próxima do sítio foi construído um centro interpretativo, projecto arquitectónico de Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandes (FAUP). Do programa de 2001 ficou em falta até ao presente a criação dum espaço museológico dedicado à Pré-História Recente regional, sediado em Freixo de Numão, e ainda o desenvolvimento duma política efectiva de valorização e integração deste recurso patrimonial na região do Alto Douro português.

Durante os primeiros cinco anos de estudo do sítio (1989-1993) classifiquei-o como um “povoado fortificado” do Calcolítico e da Idade do Bronze. A interpretação assentava na premissa clássica de que a arquitectura do lugar era constituída por vestígios de “muralhas” que delimitavam um espaço sub-circular no topo do morro. Os muros encontrados foram descritos como socos de muralhas e, por analogia com outras arquitecturas consideradas similares da Península Ibérica, o sítio de Castelo Velho foi rotulado de “fortificação” do 3º e 2º milénio AC. O procedimento interpretativo não diferia em nada do que sempre havia sido usado pelos arqueólogos ibéricos que haviam abordado esta temática. A assunção de que muros equivaliam por si só a vestígios de muralhas determinava a construção imediata e apriorística de “povoado fortificado”, trazendo como consequência efectiva a irrelevância da escavação para o conhecimento da funcionalidade/funcionalidades do lugar. A escavação ajudava à determinação da cronologia relativa e à definição da planta global. Mas, de facto, em última análise, não dependia da escavação o exercício de ponderação sobre a natureza das actividades que se haviam jogado na construção e reutilização do sítio. Tudo o que se exumava durante a escavação encaixava automaticamente e confirmava, sem suspeita, a existência dum “povoado fortificado”. Diria hoje que tal abordagem, no limite, podia prescindir da escavação para a classificação global destes sítios considerados icónicos da Pré-História Recente peninsular.





Foto de João Muralha, 2005.

Em 1994, no âmbito da investigação que realizei para uma “lição” em provas públicas de agregação, na FLUP, procedi à inventariação dos “povoados fortificados” calcolíticos publicados da Península Ibérica. Tratava-se de não só analisar a natureza deste universo analítico, sem almejar, de início, desagregar as interpretações correntes. Com alguma perplexidade defrontei-me com uma acentuada heterogeneidade regional destes sítios, ao nível de localizações e relações com a paisagem, cronologias de construção e tempos de uso, tipologias arquitectónicas, funcionalidade de contextos, etc. O universo “fortificação” não era consistente e precisava de ser reequacionado. Alargando a análise a sítios contemporâneos e similares europeus, acedi à discussão em torno dos mais variados tipos de recintos que

mapeavam a Europa ocidental durante o 3º milénio AC. **Subitamente compreendi que era necessário visitar cada um destes sítios ibéricos com um novo olhar.** Relativamente ao recinto de Castelo Velho, intuía que era preciso identificar contextos específicos que me permitissem construir hipóteses, de escala intermédia, sobre a global funcionalidade do lugar, no tempo longo do 3º/2º milénio AC. Designei em 1994 Castelo Velho como um “lugar monumentalizado”. A partir de 1997 redesenhei a estratégia de intervenção de campo, investindo na escavação como peça fundamental de reavaliação do lugar.



Foto de Higinio Matos, 2005.

O ano de 1997 foi extremamente importante no processo interpretativo do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão. A descoberta e registo pormenorizado, em campo, duma estrutura com ossos humanos teve a colaboração, durante a escavação, duma antropóloga física. Mas o estudo, em gabinete, de todos os elementos que constituíam o conteúdo desta estrutura revelou uma situação inédita: tratava-se duma deposição intencional, extraordinariamente bem organizada, desenvolvendo-se em cinco níveis, e contemplando, para além de ossos humanos desconectados e outros em conexão anatómica, fragmentos de vasos cerâmicos, um pequeno vaso liso, inteiro, pesos de tear, um fragmento de moinho manual, uma conta de colar, e lajes de xisto azul. Os fragmentos cerâmicos não colavam entre si. Tinham ali sido colocados, enquanto fragmentos seleccionados, tal como todos os outros restantes elementos da deposição. Estávamos perante uma deposição complexa, centrada na manipulação do esqueleto e do corpo humanos, associada à selecção de outras materialidades também intencionalmente fragmentadas. Era a primeira vez que, no âmbito dum recinto (longe de contextos sepulcrais clássicos), se descobria um contexto de deposição, que, além do mais,

jogava intencionalmente com a exibição/ocultação de fragmentos de “coisas”. A estranheza, à época, na arqueologia ibérica, deste contexto não me impediu de o publicar em 1998 como sendo de natureza “ritual”, ainda que, mais tarde, tenha reflectido sobre a operacionalidade deste conceito quando aplicado ao passado do 3º milénio AC. Entre 1998 e 2003, período em que se escavou em área todo o recinto, foram identificadas diversas deposições intencionais, ainda que tipologicamente muito diversas. A variabilidade formal das referidas deposições foi interpretada como integrando diferentes coreografias cerimoniais, fundamentalmente activas ao longo do 3º milénio AC. A sua ocorrência em Castelo Velho remetia-nos/remete-nos para questões estruturais: como identificar uma deposição? qual o sistema social que a determinou? Qual a dinâmica social que a mesma gera? De qualquer das formas, a descoberta em Castelo Velho de deposições, associadas a características arquitectónicas do sítio, e à sua específica localização na paisagem, foi determinante para **a construção duma interpretação global sobre a funcionalidade do lugar**, sobretudo durante o 3º milénio AC.



Foto de Sérgio Gomes, 2005.



Foto de João Muralha, 2005.

Castelo Velho olha a Meseta através dum ângulo de 180 graus. O horizonte desdobra-se em inúmeros planos até à distante serra da Marofa. O recinto encontra-se localizado num esporão, que emerge como um “ponto de vista” sobre uma paisagem extraordinária que se desenrola em sucessivos patamares. Não é difícil atribuir a esta localização privilegiada uma intencionalidade cénica que se articula bem com o carácter cerimonial das actividades congregadoras que terão encontrado, no interior (e à volta?) do recinto, o palco ideal para se expressarem. Mas se Castelo Velho terá sido um dispositivo social de controlo de pessoas e coisas em torno duma arena cenográfica, importa interrogar o território social em que o recinto esteve activo entre o 3º e o 2º milénio AC. A estabilidade identitária das comunidades agro-pastoris da região terá recorrido a lugares como Castelo Velho para, no seu interior, através de múltiplas acções, operar o complexo processo de integração social. Tendo em conta que as deposições encontradas no recinto pressupuseram, em regra, a manipulação de “coisas” antes da sua colocação em estruturas de Castelo Velho, importa futuramente investigar, na região, a rede de lugares socialmente interrelacionados que sustentou a singularidade funcional deste recinto.



Foto de Sérgio Gomes, 2005.

O recinto de Castelo Velho é um lugar de difícil leitura, sobretudo porque os seus contextos nos advertem para a distância incomensurável entre a mundividência pré-histórica e a do presente. Desta forma torna-se necessário visualizar o seu passado, não como uma simples variação do presente, nem como um território-outro, completamente inacessível. O repto de fazer sentido passa pelo desafio de se tentar aceder a uma realidade que, não sendo familiar e apresentando-se descontínua relativamente ao presente, **permanece aberta ao exercício de outras representações.**



Foto de João Muralha, 2005.